

POLÍCIA

Mulher é detida após 24 infrações de trânsito em 30 quilômetros na BR-153

Uma mulher foi detida no domingo (14) por cometer mais de 20 infrações de trânsito em um percurso de aproximadamente 30 quilômetros, na BR-153.

A equipe da Polícia Rodoviária Federal (PRF) fazia patrulhamento quando flagrou o veículo cometendo uma ultrapassagem em local proibido, em Icém. A viatura passou a acompanhar o veículo, mas a motorista não parou e só foi detida no pedágio de Onda Verde (SP).

Durante o percurso de aproximadamente 30 quilômetros, a mulher cometeu 24 infrações de trânsito, sendo:

- 15 ultrapassagens proibidas;
 - 2 por forçar passagem entre veículos;
 - 2 por não guardar distância lateral entre os outros veículos;
 - 2 por desobedecer ordem de parada;
 - 1 por não usar cinto de segurança;
 - 1 por não possuir Carteira Nacional de Habilitação;
 - 1 por embriaguez ao volante.
- “Estava totalmente desnor-teada, fala desconexa. Até



zombou dos policiais dizendo que ia queimar o réu primário dela com esta ocorrência. Ela recusou a fazer o teste do bafômetro, neste caso a regula-

mentação permite que a equipe registre termo de constatação de embriaguez, além do consumo de outras substâncias tóxicas”, explica Flávio Catarucci,



porta-voz da PRF.

Segundo a PRF, o carro não era da mulher e proprietário foi autuado por permitir que uma pessoa sem CNH assumisse a

direção. Ela foi presa e encaminhada à delegacia, onde foi ouvida e liberada.

Outro caso de embriaguez ao volante foi registrado na altura

do quilômetro 18 da BR-153, em Nova Granada (SP). Os policiais receberam diversas denúncias contra o condutor de uma carreta bitrem, que dirigia de forma perigosa, e foi abordado.

Foram constatados indícios de ingestão de álcool, como odor, fala e olhos alterados, além de falta de equilíbrio.

O caminhoneiro foi submetido ao teste do bafômetro, que comprovou a ingestão de 1,10 mg/L de álcool. Caracteriza-se como crime de trânsito a quantidade igual ou superior a 0,34 mg/L de álcool no sangue.

“Ele chegou quase ao limite do aparelho, uma concentração altíssima de álcool, bem acima de uma simples latinha de cerveja. Pela concentração, nenhum ser humano em sã consciência conseguiria ficar em pé com esta concentração”, diz Catarucci.

O caminhoneiro também foi preso pela Polícia Rodoviária Federal e encaminhado à delegacia, onde foi ouvido e liberado.

ESTRUTURA

UPA de Jales recebe moderno aparelho de eletrocardiograma

A UPA de Jales foi contemplada no final do mês de dezembro/2023, com um moderno aparelho de eletrocardiograma. O sistema faz parte do Projeto “Boas Práticas”, na Atenção à Cardiologia e urgências Cardiovasculares, numa parceria com o HCOR – Hospital do Coração de São Paulo e Beneficência Portuguesa com o Ministério da Saúde, CONASS e CONASEMS, via PROADISUS. O sistema permite que o paciente faça o exame na UPA, sendo retransmitido em minutos para médicos cardiologistas do HCOR, na Capital Paulista.

Com o resultado do exame em tempo real, os médicos cardiologistas de um dos hospitais mais conceituados do Brasil emitem um laudo final com as orientações para a equipe da UPA (médicos e enfermeiros). Todo o processo dura poucos minutos e visa atender principalmente os pacientes que en-

tram na unidade com quadros de doenças cardiovasculares.

Para o Diretor Administrativo Sr. José Roberto Pietrobom, bem como o Exc. Senhor Prefeito Municipal LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA-Presidente do CONSIRJ, junto dos demais Prefeitos dos outros 15 municípios que

compõem o Consórcio, agradece pela parceria junto ao HCOR, bem como destaca a importância fundamental do aparelho para atendimento aos pacientes e para a equipe de trabalho. “Hoje temos muitos casos de atendimentos de urgências cardiovasculares. Além da precisão do aparelho



de última geração, em minutos estamos com o laudo assinado em mãos para darmos prosseguimento no atendimento do paciente. O interessante é que já temos uma equipe muito qualificada de médicos e enfermeiros aqui, mas agora também contamos com mais este respaldo de conceituados médicos da especialidade”, destacou José Roberto.

O principal objetivo do pro-

jeto “Boas Práticas” é qualificar em serviço a gestão de manejo clínico na linha de atenção à cardiologia e urgências cardiovasculares por meio do monitoramento do uso de ferramentas conectadas e interativas, entre as doenças cardíacas mais comuns, destaca-se o Infarto Agudo do Miocárdio, diminuição ou interrupção da passagem de sangue para o coração.

Com base neste contexto, o projeto “Boas Práticas” oferece apoio às instituições públicas no desenvolvimento de estratégias e intervenções voltadas à melhoria da qualidade assistencial e segurança do paciente, com ênfase na realização do exame para diagnóstico do infarto e Arritmias Cardíacas em tempo adequado para a recuperação do paciente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista/SP torna público que fará realizar sessão de Pregão Presencial N° 001/2024, Processo n° 001/2024, o qual objetiva a Contratação de empresa para realização do CARNAVAL 2024 (CARNAFEST) de Nova Canaã Paulista, conforme descrito no anexo I. Os envelopes de Proposta e Habilitação deverão ser entregues, impreterivelmente, até as 13:00h do dia 26 de janeiro de 2024, no Paço Municipal, Setor de Licitações, localizado sito à Rua Otto, n° 650 - Centro, Nova Canaã Paulista/SP. Os interessados em participar deste certame poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, pelo telefone (17) 3681-8000 ou, ainda pelo e-mail: licitacao@novacanaapaulista.sp.gov.br. Edital Completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado e poderão ser retirados de segunda a sexta-feira das 07h às 17h ou através do site www.novacanaapaulista.sp.gov.br.

Nova Canaã Paulista/SP, 15 de janeiro de 2024.

THAIS CRISTINA COSTA MOREIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

PARECER REFERENCIAL

Assunto: Inexigibilidade. Artigo 74, inciso I, da lei n. 14.133/2021 e Artigo 41, §1º do Decreto Municipal nº 2010 de 02 de janeiro de 2023.

Possibilidade de aplicação deste parecer aos casos.

BREVE SÍNTESE

Trata-se de parecer referencial, a ser aplicado no âmbito da administração municipal, tendo como objeto a "Contratação de empresa autorizada para prestação de serviço de revisão programada, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do veículo oficial Citroen/Jumpy Cargo, pertencente a frota da Secretaria Municipal de Saúde de Turmalina.", segundo os termos da Lei n. 14.133/2021.

A elaboração de parecer referencial resulta da observância do princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, evitando assim a emissão de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, sendo que a adoção do Parecer Referencial agiliza o processo de contratação por parte da administração municipal.

Nosso ordenamento jurídico não deixa dúvidas de que a licitação é a regra a ser observada, sempre que possível e adequado, na medida em que as hipóteses de contratação direta constituem exceções e impliquem redobrados cuidados em sua adoção, tanto assim que a Lei n. 14.133/2021 alterou o Código Penal para nele incluir o artigo 337-E, prevendo ser crime "admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei", majorando as penalidades para reclusão, de 4 a 8 anos, quando comparado com o revogado artigo 89 da Lei n. 8.666/93. E o artigo 73 da Lei estabelece que na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

DA APLICAÇÃO

Considerando a necessidade de se conferir rápida fluidez às tarefas administrativas, principalmente em matérias em que efetivamente não há dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, utilizar-se de parecer referencial é medida adequada a satisfazer o interesse público e resguardar a continuidade dos serviços essenciais.

A emissão de parecer referencial ocorre quando ao exame de conveniência e oportunidade, entender que processos e expedientes administrativos possuem a mesma situação de fato e de direito e a eles podem ser estabelecidos parâmetros a um norte jurídico homogêneo, dispondo, para essa finalidade, do simples confronto de dados e/ou documentos que integram os autos.

No caso a matéria em apreço está disciplinada pela Lei n. 14.133/2021, vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

(...)

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência)

§1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - O somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora

II - O somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Assim, vê-se que a matéria em comento está devidamente regulamentada, não havendo, pois, dúvidas a respeito dos elementos necessários à concessão desse direito.

Por fim, para fins de formalização do processo de inexigibilidade o departamento responsável deverá obedecer fielmente às diretrizes estabelecidas pelo Decreto Municipal Nº2010 de 02 de janeiro de 2024.

Ressalto, ainda, que o responsável pela condução do processo de contratação deverá zelar pela correta condução do processo administrativo, remetendo sempre a autoridade superior para que possa referendar os atos praticados no processo de contratação.

Diante de todas as circunstâncias expostas, é de se ressaltar que a legislação vigente, bem como as normas locais estão reproduzidas neste Parecer Referencial, de forma que podem ser utilizadas como paradigma para outros pedidos que tratam do mesmo assunto e/ou mesmo objeto.

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, podendo o processo de contratação produzir os efeitos jurídicos pretendidos, mediante processo de inexigibilidade, com fundamento no Art. 74, inciso I, da lei 14.133/2021 c/c o Decreto Municipal nº 2010 de 02 de janeiro de 2024, cumpridas as formalidades administrativas em especial a publicação integral do procedimento.

Por conseguinte, fica o presente parecer submetido à apreciação da autoridade superior deste Município, para produção dos efeitos legais.

Turmalina, 15 de janeiro de 2024.

BRAULIO TADEU GOMES RABELLO

OAB/SP Nº 176301

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

Processo Administrativo 0200002354/2.023. Processo Licitatório 040/2023. Concorrência 001/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução da obra da Creche Avenida Getúlio Vargas, s/n, referente ao Programa Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil – Processo 6120/0000/2012. Decisão da Comissão Permanente de Licitação. Os membros da Comissão Permanente de Licitação decidem pela habilitação das empresas Engeplan Terraplanagem Construção Civil e Pavimentação Ltda, Construtora Oliveira & Araújo Ltda. EPP, Kairós Construções e Empreendimentos Fernandópolis Ltda EPP, Construtora Construto Eireli, Saliarte Construtora e Engenharia Ltda. e Luana Gomes Magni Projetos e Construção ME., por cumprirem com as exigências descritas no edital e pela inabilitação das licitantes Aidar Construções, Projetos e Comércio Ltda., por descumprir exigência contida no item 3.2.3.3, que trata da indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico e Construtora Atual Ltda., face ao desatendimento do estabelecido no item 3.2.3.3, limitando-se a apresentar uma declaração do gerente do contrato. Urânia – SP, 12 de janeiro de 2.024. Leandro Aluizio Vieira- Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

Processo Licitatório 041/2023 - Tomada de Preços 004/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia, para fornecimento de material e execução da obra da Unidade Básica de Saúde I no Conjunto Habitacional Pedro Gimenez, com recursos oriundos do Convênio SGRI-PRC-2023-00950-DM, junto ao Governo do Estado. Decisão da Comissão Permanente de Licitação. Os membros da CPL decidem, no certame, pela habilitação das empresas Luana Gomes Magni Projetos e Construções ME, Saliarte Construtora e Engenharia Ltda, Kairós Construções e Empreendimentos Fernandópolis, Construtora Trapézio Fernandópolis Eireli, FSG Construtora Ltda, Aidar Construções Projetos e Comercio Ltda., Garcia & Andrade Empreendimentos Ltda., João Carlos Avellar Ltda. e Studio GHS Engenharia Ltda., e pela inabilitação da empresa Larissa Paulon Calvo Construtora Ltda ME, por descumprir o prazo estabelecido no item 3.2 do edital, e Engeplan Terraplanagem Construção Civil e Pavimentação Ltda., por apresentar sua proposta fora do prazo previsto no item 3.2 do instrumento convocatório, e por contrariar o disposto no item 3.1.1 do edital. Urânia – SP, 12 de janeiro de 2.024. Leandro Aluizio Vieira – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

Extrato de Contrato

Processo nº 055/2023

Pregão Eletrônico nº 005/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89

Contrato nº 001/2024 - Contratada: Eduardo Guerra do Carmo EPP - CNPJ 23.647.237/0001-64 – R\$ 77.926,50

Contrato nº 002/2024 – Contratada: Aquarius Magazine Fernandópolis Ltda ME - CNPJ 02.197.874/0001-06 – R\$ 10.564,00

Contrato nº 003/2024 – Contratada: Angelique Orlandina Correa ME - CNPJ 15.508.827/0001-88 – R\$ 22.158,00

Contrato nº 004/2024 – Contratada: Parquinho Araucária ME - CNPJ 20.833.052/0001-56 - R\$ 65.228,50

Contrato nº 005/2024 – Contratada: Jose Roberto Ferreira do Carmo ME - CNPJ 12.197.217/0001-12 - R\$ 26.805,20

Objeto: **“Registro de preços para Aquisição de material de artesanato para desenvolver atividades socioeducativas para atendimentos dos grupos do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos) referenciados no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CCI (Centro de Convivência do Idoso), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória Brasil/SP”**

Valor Total: R\$ 202.682,20

Assinatura: 10/01/2024

Vigência: 12 meses

■ REGIÃO

1º Rubipesca será realizado na Praia do Sol em Rubineia

A Prefeitura do Município de Interesse Turístico de Rubineia (MIT), por meio do Departamento de Turismo e com apoio das empresas, realiza o 1º Rubipesca, evento de competição de pesca esportiva do tucunaré.

O evento, que será realizado no dia 20 de janeiro a partir das 8h na Praia do Sol em Rubineia, tem como foco valorizar o potencial turístico do município e fomentar desenvolvimento do setor.

O torneio poderá ser disputado em duplas ou trios, cujas inscrições podem ser

realizadas pelo site www.rubipesca.com.br. As inscrições custam R\$ 300,00 para duplas e R\$ 360,00 para trios. No site está disponível todas as informações do evento, bem como o regulamento geral.

Os campeões receberão troféus personalizados, de primeira a décima colocação. Para todos os inscritos, independente de pontuação, serão sorteados 34 prêmios novos: um motor de popa Yamaha 30 HP, um barco de alumínio de 6 metros, borda alta, duas carretas (reboques)

para barcos da marca Lumaq para barcos de 6 metros, cinco motores elétricos Phantom 44 libras, cinco baterias para motores elétricos, cinco caixas térmicas de 50 litros e 15 carpetilhas Marine Ventura.

“O potencial turístico de Rubineia é imenso, nossa cidade está cheia de visitantes curtindo o melhor desse lugar lindo e acolhedor. O Rubipesca movimentará ainda mais o turismo de pesca, trará mais turistas gerando economia e renda a Rubineia”, destacou o prefeito professor Lugato.

Circulação:



DENGUE

Votuporanga volta a registrar casos de variante da dengue desaparecida há 15 anos na região



Votuporanga (SP) confirmou o primeiro caso de dengue sorotipo 3 de 2024. A variante não era registrada há mais de 15 anos no noroeste paulista e voltou a circular em novembro do ano passado. No total, a cidade já contabiliza 12 casos da doença.

Segundo a Secretaria de Saúde, a paciente é uma mulher, de 53 anos, moradora da Zona Sul, que está com sintomas comuns da dengue. Ela está em acompanhamento ambulatorial e seu estado de saúde é considerado estável.

Ainda segundo a pasta, em 2023, a cidade registrou 1.040 casos positivos para dengue, sendo 12 da variante tipo 3. Neste ano, foram confirmados dois novos casos de dengue e dois de chikungunya.

Os novos casos são monitorados pela Vigilância Epidemiológica e preocupam as autoridades de saúde já que sinalizam uma possível epidemia. Por

isso, a prefeitura intensificou as ações de combate ao mosquito transmissor das doenças, Aedes aegypti.

Durante o período noturno, a partir das 18h, na quarta (17), quinta (18) e sexta-feira (19) desta semana, a equipe da prefeitura vai vistoriar as casas nos bairros Jardim Marin e Alvorda e aplicar a nebulização.

Outros casos
O primeiro caso de 2023 foi detectado em uma mulher, de 34 anos, no dia 1º de novembro, que chamou a atenção por causa da intensidade dos sintomas clássicos da doença, como febre, vômito, dor e manchas vermelhos pelo corpo, além do sangramento pela urina e pelo nariz.

Os outros três casos foram confirmados no dia 17 de novembro. Todos os diagnósticos foram identificados em um bairro na região Sul da cidade e as pacientes passam bem.

O quinto caso foi confirmado



pela cidade no dia 1º de dezembro, em uma paciente de 23 anos, moradora da região Norte. No dia 7 de dezembro, Votuporanga confirmou mais três casos da variante, totalizando oito registros positivos.

DENV3

Segundo o virologista da Faculdade de Medicina de São

José do Rio Preto (SP), Maurício Lacerda Nogueira, são conhecidos quatro tipos do vírus da dengue, transmitido pelo mosquito Aedes aegypti, que estão associados a epidemias. O último caso do sorotipo 3 foi identificado no noroeste paulista em 2008.

“A detecção desses casos

mostra que o vírus chegou na região e é um sinal de preocupação muito grande, por dois motivos principais: toda vez que um novo tipo de vírus entra, ele vem acompanhado de uma epidemia. Nesse caso, dengue 3 é ainda pior, porque esse vírus não circula há mais de 15 anos, sendo que o último

caso na região de Rio Preto foi em 2008”, explicou o virologista.

No primeiro semestre deste ano, a Fiocruz alertou a população para o ressurgimento do sorotipo 3 do vírus da dengue no Brasil, em específico nas regiões Sul e Norte, o que acendeu o sinal de alerta de especialistas sobre o risco de uma nova epidemia da doença causada por esse subtipo viral.

Isso porque, segundo a fundação, infecção por um dos sorotipos gera imunidade contra o mesmo sorotipo no paciente. Contudo, é possível contrair dengue novamente se houver contato com um sorotipo diferente.

Dessa forma, o risco de uma epidemia com o retorno do sorotipo 3 ocorre devido à baixa imunidade da população, uma vez que poucas pessoas contraíram esse vírus desde as últimas epidemias.

CONSELHO TUTELAR

Luis Henrique e autoridades participaram da posse dos conselheiros tutelares de Jales

Foi realizada na manhã da quarta-feira, dia 10 de janeiro, a cerimônia de posse e diplomação dos cinco novos Conselheiros Tutelares e dos cinco suplentes eleitos para o quadriênio que vai se es-tender de 2024 a 2028. Participaram da solenidade o prefeito Luis Henrique Moreira, a vice-prefeita Marynilda Cavenaghi, o vereador Bismark Kuwakino, que representou o presidente da Câmara Municipal, Ricardo Gouveia, a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Tamara Peresi Viota e a secretária de Desenvolvimento Social, Pérola Cardoso. Os vereadores Andréa Moreto, Bruno de Paula, Carol Amador e Elder Mansueli, secretários municipais, servidores da Prefeitura, familiares dos conselheiros eleitos e representantes da comunidade também participaram da posse.

Após as execuções do Hino Nacional Brasileiro, do Hino

de Jales e do Hino do Conselho Tutelar, foram empossados os titulares Marilene Bonadio Antunes, Sandra Emer Barros Pereira, Roseli Aparecida Bracero Arantes, Alexandre Aparecido de Oliveira e Hélio Takayoshi Takabayashi, e os suplentes Domingos Aparecido Pedro, Silvana Ferrari Scatena, Dione Jodas da Silva, Josiel Britos da Silva e Paulo Henrique de Souza.

A eleição foi realizada no dia 1º de outubro de 2023 na Escola Municipal Professora Elza Pirro Via-na. Cada eleitor pode votar em apenas um candidato.

Após o Juramento feito pelos conselheiros tutelares eleitos e pelos suplentes, conduzido pela conselheira Marilene Bonadio Antunes, eleita para seu sexto mandato no Conselho Tutelar de Jales, o prefeito Luis Henrique e a Presidente do CMDCA, Tamara Viota, assinaram o Termo de Posse entregue aos conselheiros. O secretário de Governo, Reginaldo Viota,



Os conselheiros tutelares titulares eleitos com as autoridades que participaram da cerimônia de posse

mestre de cerimônia do evento, falou sobre o trabalho realizado pelo Conselho Tutelar de Jales, criado por força da Lei Municipal nº 2.949, de 22 de agosto de 2005, e suas atribuições.

A vice-prefeita Marynilda Cavenaghi, o vereador Bismark Kuwakino e a secretária municipal de Desenvolvimento

Social, Pérola Cardoso, fizeram uso da palavra e parabenizaram os eleitos. A Presidente do CMDCA, Tamara Viota, ressaltou que "as crianças e os adolescentes realmente são o futuro do nosso país. Quando a gente salva uma criança ou um jovem, salvamos uma geração inteira. É como uma semente

plantada e bem cuidada, que vai gerar bons frutos, quando uma criança é deixada, é abandonada, ela não pode produzir bons frutos quando cresce e muitas vezes pode não se tornar um bom adulto, mas quando temos um Conselho Tutelar atuante, com pessoas que se comprometem, essa situação muda e

nós proporcionamos um futuro melhor para elas”.

O prefeito Luis Henrique também parabenizou os conselheiros titulares e suplentes eleitos, desejou sorte no trabalho que será realizado no próximo quadriênio e frisou que “primeiro temos que parabenizar todas as pessoas que tiveram a coragem de colocar seus nomes à disposição na eleição de 1º de outubro, para poder enfrentar esse grande desafio. Costumo sempre dizer que esse cargo de conselheiro tutelar, não é cargo, isso é missão de vida, porque é coisa de Deus. Quando a população escolheu vocês para cuidar das crianças e dos adolescentes, não é para qualquer pessoa, poucos são capacitados e escolhidos, portanto vocês estão de parabéns. Tudo aquilo que vocês precisarem da Prefeitura Municipal, nós seremos sempre parceiros do Conselho Tutelar de Jales”.

■ ESPORTE

Turmas de Hidroginástica retomam atividades em Urânia

Na manhã de terça-feira, dia 09/01, os integrantes das turmas masculinas de Hidroginástica, da oficina Melhor Idade em Ação, iniciaram as atividades de 2024. Além dos exercícios dentro da piscina, a Secretaria Municipal de

Assistência Social ofereceu café da manhã aos participantes. As turmas femininas retomam dia 22. De acordo Marcelo Augusto Domingues, Monitor de Práticas Esportivas, os 50 alunos da Hidroginástica participam assi-

duamente. "Desde que iniciamos estas turmas, a participação dos integrantes é exemplar", informa o educador físico, o qual lembra que a atividade física é fundamental para a qualidade de vida na melhor idade.



■ SAÚDE

Piso da enfermagem: gestores têm até 15 de janeiro para atualização e cadastro de novos dados

Estados municípios e Distrito Federal devem ficar atentos. Os gestores de cada localidade têm até 15 de janeiro para cadastrar ou atualizar dados dos profissionais da enfermagem. O Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), informa que o prazo foi reaberto para inserir as informações referentes ao levantamento Janeiro 2024. O cadastro deve ser feito pelo sistema InvestSUS. A plataforma é responsável por controlar os repasses complementares da União referentes ao pagamento do piso salarial da categoria. Segundo o conselheiro do Conselho Federal da Enfermagem (Cofen) Daniel Menezes, o piso salarial deve ser valorizado. Ele diz que é importante que todos colaborem para a correta implementação do que foi estabelecido.



“A grande questão do financiamento, do custeio está sendo implementada e a gente tem a expectativa para que, de fato, façam justiça social para essa profissão tão importante para o nosso país”, ressalta. Em 2023, o Fundo Nacional de Saúde executou os recursos complementares destinados ao pagamento do piso salarial da

enfermagem. Eles foram repassados aos fundos estaduais e municipais de saúde, através de transferências na modalidade Fundo a Fundo, em contas específicas. Os gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal são os responsáveis por efetuar o pagamento dos colaboradores diretos, sejam servidores e/

ou empregados, bem como a transferência dos recursos às entidades privadas contratualizadas ou conveniadas, que atendam, pelo menos, 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Representante de mais de 5,2 mil municípios, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta para a impor-

tância de os gestores municipais continuarem atentos às novas orientações. A entidade ressalta que vem atuando constantemente pela correta implementação do piso salarial — e lembra que a falta de informações pode atrasar o pagamento dos profissionais. **Como atualizar os dados** Atualização Individual: Os responsáveis pelas informações devem acessar o sistema para fazer as alterações necessárias no cadastro de cada colaborador individualmente. Este processo permite uma revisão detalhada e específica de cada registro; Atualização por lote: A opção permite o carregamento de uma planilha com todos os dados a serem atualizados. A alternativa permite atualizações em massa; O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) informa que disponibilizou um canal

direto para apoiar os profissionais com dificuldades resultantes da desatualização de dados no InvestSUS. Basta enviar um e-mail, com o nome completo e o CPF, para o endereço verifica.sus@cofen.gov.br, para confirmar as informações no caso de inconsistência. O Cofen esclarece que é de competência do Ministério da Saúde estabelecer os critérios para o repasse dos recursos financeiros destinados ao pagamento do Piso Salarial. Não é responsabilidade do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem o fornecimento das informações ou a definição dos profissionais que têm direito ao recebimento do piso. O Cofen ainda ressalta que a inadimplência com o sistema não é impedimento para o repasse dos valores. *Fonte: Brasil 61*

■ MUNICÍPIOS

Lei garante que perdas no FPM por causa do Censo sejam escalonadas em 10 anos a partir de 2024

Com a divulgação do Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, foram constatadas mudanças na população que impactam nas contas dos municípios. Isso porque a quantia recebida através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) está diretamente ligada à faixa populacional de cada cidade, como explica o consultor de orçamento César Lima. “Com o Censo se comprovou que alguns municípios tiveram aumento na sua população, o que os mudaria de faixa, daria um aumento no FPM, mas o contrário também foi verificado: vários municípios tiveram as suas populações diminuídas a ponto de também diminuir a sua faixa de recebimento do FPM”, analisa. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), 770 cidades vão ter perdas de coeficiente do FPM,

4.523 se mantiveram estáveis e 249 irão ganhar. Aproximadamente, 61% dos municípios do Amazonas e de Rondônia perderam coeficientes. Em seguida, estão cidades do Amapá (33%), do Pará (33%) e de Alagoas (32%). Quando são analisados dados por região, o Norte teve a maior perda (29%), seguido do Nordeste (18%), Centro-Oeste e Sudeste (11%) e o Sul (8%). Após a aprovação da Lei Complementar 198/2023 — que visa reduzir os impactos da perda de arrecadação — a partir deste ano, 1.019 cidades serão beneficiadas, segundo a CNM. César Lima explica como a lei vai funcionar na prática. “Os efeitos do Censo vão ser parcelados em 10 anos. Por exemplo, [o município] ia perder R\$ 1 milhão de uma vez, por ano, porque caiu de faixa. Agora ele vai perder R\$ 100 mil a cada ano, durante o



período de 10 anos. Essa é a questão da transição”, explica. O texto reduz as perdas imediatas dos municípios que tiveram queda de coeficiente — e repassa os ganhos para aqueles

que aumentaram de faixa populacional. Em Alto Paraíso de Goiás, o prefeito Marcus Adilson Rincó diz que a alteração foi positiva. “Na minha alterou para

mais, a nossa população aumentou, então mudamos de faixa do FPM, que era 6 e foi para 8. O FPM é de suma importância para nós, municípios pequenos, porque é com ele

que a gente custeia as despesas do dia a dia, pagamento de pessoal, combustível, oficina, para que possa realmente a máquina funcionar”, conta. **1º decêndio de janeiro** O primeiro decêndio de janeiro do FPM será pago nesta quarta-feira (10). As cidades brasileiras receberão R\$ 5,8 bilhões. O valor é 29% maior que o último decêndio de dezembro. Também houve um aumento de 12% na comparação com o primeiro decêndio de janeiro de 2023. Os valores do FPM fazem parte do dinheiro arrecadado pela União, por meio de impostos. Os percentuais de participação de cada município são calculados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o número de habitantes de cada cidade e a renda per capita. *Fonte: Brasil 61*